

Rhode Island: Anunciam acordo para beneficiar a trabalhadores com deficiência.



Anunciam acordo para beneficiar a trabalhadores com deficiência.

As pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento em Rhode Island podem trabalhar em empregos reais, recebendo salários competitivos.



PROVIDENCE - Pela primeira vez em Rhode Island as pessoas com deficiência intelectual ou de desenvolvimento (I/DD) terão a oportunidade de trabalhar em centros regulares e receber salários competitivos, graças a um acordo assinado entre o governo dos Estados Unidos e o estado de Rhode Island. O acordo foi anunciado na semana passada numa conferência de imprensa do Departamento de Justiça e com o qual se colocou fim as violações da lei de Americanos com Deficiência (ADA) que se estão cometendo no estado, onde pessoas com I/DD trabalhavam em centros segregados e recebendo pagamento insignificante de ate 48 centavos de dolar por hora. O acordo de dez anos, marca um precedente ao ser o primeiro deste tipo na nação para proteger os direitos das pessoas com deficiência e com ele se reivindica os direitos civis de cerca de 3.250 pessoas com I/DD em Rhode Island (aproximadamente 450.000 em todo o país) passam seus dias em oficinas protegidos ou em programas segregados. Apartir de agora, 2.000 residentes de Rhode Island com I/DD, que na atualidade participam em

programas segregadas terão a oportunidade de trabalhar em postos de trabalho reais com salários competitivos. Ademais nos próximos dez anos, 1.250 estudantes com I/DD receberão serviços para ajudar a transição a força laboral. Em virtude deste convênio, pela primeira vez, os fundos estatais que financiam as pessoas com deficiência intelectual ou de desenvolvimento em centros de trabalho segregados serão redirecionados para oferecer opções integradas baseadas na comunidade para horas não laborais. Será a primeira vez também que os estudantes com I/DD receberão um pacote de serviços de transição a partir dos 14 anos, para que quando deixarem a escola, possam entrar a trabalhar nos centros de trabalho reais, com salários competitivos. *“O trabalho é uma parte fundamental da vida adulta das pessoas com e sem deficiência. Proporciona um sentido de propósito, dando forma ao que somos e como encaixamos na nossa comunidade. Ter um trabalho significativo – ser parte contribuinte da sociedade – é essencial para a autosuficiência econômica das pessoas, assim como autoestima e o bem estar. Hoje estamos aqui para libertar um acordo que prevê somente isto – um trabalho significativo para milhares de residentes de Rhode Island com deficiência”,* disse a fiscal Jocelyn Samuels. Segundo informou o Departamento da Justiça, este acordo é o resultado de um processo de quase um ano, durante o qual se investigou o caso do Programa de Formação da Escola Secundária Abedul em Providence, onde estudantes com deficiência, fazendo tarefas como “botões de classificação” – em lugar de ser ensinados ou preparados para a vida laboral depois da graduação. Dentro desta investigação ressaltaram casos como o de Steven, um trabalhador com incapacidade que recebia menos de \$2.00 dólares por hora durante mais de 30 anos de trabalho em uma oficina protegido. Ali trabalhavam também Pedro, um estudante de Abedul, que recebia 48 centavos de dólar por hora pelo seu trabalho e Peter, outro estudante, ao qual pagavam \$1.50 dólar por hora. Agora estas três pessoas têm trabalhos em empresa, hospital e restaurante, ganhando pelo menos o salário mínimo (que em Rhode Island é de \$8 dólares por hora). Em virtude deste acordo, o estado se compromete a ajudar a outros 1.250 estudantes com I/DD para obterem os serviços de transição que necessitam – incluindo estágios, visitas de trabalho e tutoriais – que conduzem a empregos reais e salários reais. Este esforço conta com o apoio de empresas como Gregg Restaurant, TJ Maxx e CVS, que já estão trabalhando para que os residentes de Rhode Island com I/DD tenham oportunidades de trabalho. Em junho de 2013, o Departamento de Justiça chegou a um acordo interino com o estado de Rhode Island e a cidade de Providence, que requer do estado e da cidade, proporcionar os serviços de emprego necessários para ajudar aos trabalhadores que prestam serviços nas oficinas para adultos e estudantes da secundária. A mudança na vida destas pessoas tem sido notável. @Spinola64

Read English version below

Rhode Island to improve jobs for mentally disabled

PROVIDENCE, R.I.—Residents with mental disabilities would no longer be forced to work long hours doing manual labor for little money and instead would be given the chance at regular employment that pays at least the minimum wage under a settlement announced Tuesday. The U.S. Department of Justice and Rhode Island entered into a court-ordered consent decree that will require a gradual but dramatic overhaul of employment services to the mentally disabled, officials said. The agreement, which the Justice Department says is the first statewide

settlement of its kind, covers about 3,250 people. The settlement resolves allegations that the state has violated the American with Disabilities Act for years by placing residents with intellectual and developmental disabilities in segregated centers, called "sheltered workshops." In the workshops, disabled Rhode Islanders who rely on state services had minimal contact with the broader community and were assigned tasks such as unwrapping bars of soap or putting tops on lotion bottles, the Justice Department said. The average pay was \$2.21 an hour, according to state data obtained by the Justice Department. Nationwide, about 450,000 people with disabilities spend their days in segregated sheltered workshops. "It's a serious problem across the country, and Rhode Island is hardly unique," acting Assistant Attorney General Jocelyn Samuels, the Justice Department's top civil rights lawyer, said at a news conference announcing the settlement. She said the Justice Department would be working with other states on similar issues. Segregated programs were once seen as the model for people with disabilities, but that has changed over time, particularly since a U.S. Supreme Court ruling in the 1990s that people with disabilities be served in the most integrated setting possible, Justice Department officials said. "We know better now. That is not the model," said Eve Hill, a deputy assistant attorney general. Gov. Lincoln Chafee called Tuesday's agreement "a historic step forward" for the state and individuals with intellectual and developmental disabilities. Under the terms of the agreement, the state will provide job opportunities over the next 10 years to about 2,000 people, including 700 in sheltered workshops and about 300 who are leaving high school, that pay at least the minimum wage. The state has also agreed to provide transition services, including trial work experience and job site visits, to about 1,250 people between the ages of 14 and 21. No damages are being imposed as part of the settlement, but the Justice Department said there will be reviews to ensure that the state complies with its terms. Samuels said the settlement would not shut down all the sheltered workshops in the state. Individuals can choose to remain working in one after being exposed to other jobs in the community, she said. Chafee said he does not yet know the settlement's cost to taxpayers, but he said the state will set aside \$800,000 in the next annual budget to form a trust fund for initial funding. Some of that can be redirected from what the state already spends on sheltered workshops, Samuels said. The settlement is an outgrowth of an interim 2013 agreement among the Justice Department, Rhode Island and the city of Providence over practices at the Harold A. Birch Vocational School. — Tucker reported from Washington.

By MICHELLE R. SMITH and ERIC TUCKER Associated Press